

O Escritório GELSON FERRAREZE SOCIEDADE DE ADVOGADOS, matriz inscrita no CNPJ 17.730.478/0001-70 e na OAB/SC 2006/2012, e filial inscrita no CNPJ 17.730.478/0002-50 e na OAB/RJ 023.440/2017, por intermédio de seu Sócio-Administrador, ALEXANDRE MATZENBACHER, inscrito na OAB/RS 67.908, na OAB/SC 36.703-A, na OAB/PR 68.726, na OAB/RJ 189.230 e no CPF 001.133.560-21, nomeia e constitui a Advogada e Controller LÍVIA PAOLA DEL VALE SOARES, inscrita no CPF 044.620.891-46 e na OAB/MS 22.582, como Encarregado de Dados (DPO), nos termos do artigo 41<sup>1</sup> c/c artigo 5°, inciso VIII<sup>2</sup>, da Lei Federal 13.807/2018 (LGPD), para desempenhar as atividades descritas no §2°, do artigo 41, da referida norma, utilizando o e-mail privacidade@gelsonferrareze.com.br nos termos da Política de Privacidade.

Balneário Camboriú/SC, em 10 de abril de 2023.

GELSON FERRAREZE SOCIEDADE DE ADVOGADOS

30.478/0001**-7**0

Gelson Ferrareze

Sociedade de Advogados.

R. 1101, nº60, S. 91/92 CER 88330-774 - Centro

Tel: (47) 3056.6643

Balneário Camboriú-SC

Ciente do Encarregado

<sup>1</sup> Art. 41. O controlador deverá indicar encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

Praça Mahatma Gandhi, 02, Conjunto 1201, Centro Edifício Odeon, CEP 20031-100

+55 (21) 3179-1122 | ( (21) 98359-0046

Rua 1101, 60, Conjunto 91, Centro

Edifício Camboriú Business Center, CEP 88330-774 +55 (47) 3056-6643 | (47) 99651-1720





<sup>§ 1</sup>º A identidade e as informações de contato do encarregado deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador.

<sup>§ 2</sup>º As atividades do encarregado consistem em:

I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II - receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;

III - orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados

IV - executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

<sup>§ 3</sup>º A autoridade nacional poderá estabelecer normas complementares sobre a definição e as atribuições do encarregado, inclusive hipóteses de dispensa da necessidade de sua indicação, conforme a natureza e o porte da entidade ou o volume de operações de tratamento de dados.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Art. 5°, VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os tithares dos lados de Ameridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Balneário Camboriú/SC